



Poder Judiciário

Seção Judiciária do Estado de Pernambuco

Subseção Judiciária de Ouricuri

27.ª Vara Federal

**PROCESSO Nº: 0802451-62.1998.4.05.8308 - EXECUÇÃO FISCAL**

**EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL**

**EXECUTADO: FRANCISCO RAMOS DA SILVA**

**ADVOGADO: Antonio De Souza Santos**

**ADVOGADO: Wilker Ferreira Dos Santos**

**ADVOGADO: Thaysa Carvalho Araujo**

**EXECUTADO: COMERCIO REPRESENTACOES RAMOS LTDA**

**ADVOGADO: Wilker Ferreira Dos Santos**

**ADVOGADO: Thaysa Carvalho Araujo**

**27ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)**

### **DECISÃO**

A parte exequente requer a alienação por iniciativa particular, por meio da plataforma **COMPREI**, do(s) imóvel(is) **de matrícula(s) n.º 4-2250** do Cartório de Ouricuri.

O Código de Processo Civil, no art. 881, não estabelece qualquer ordem de preferência quanto à forma de alienação dos bens penhorados; ao contrário, determina que haverá leilão judicial se não for efetivada a alienação por iniciativa particular.

No caso concreto, a penhora do(s) referido(s) bem(ns) já foi aperfeiçoada, bem como não há pendência de impugnação sobre a dívida ou sobre a constrição, dotada de efeito suspensivo da execução.

Assim, **defiro** o pedido de tentativa de alienação por iniciativa particular, por intermédio de corretor ou leiloeiro credenciado, na plataforma COMPREI, com base na Portaria 3.050/2022, da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

#### **Providências:**

(a) Verifique a Secretaria a regularidade da documentação e dos atos preparatórios para alienação dos bens em questão. Havendo pendência, providenciem-se os expedientes necessários à sua sanção.

(b) Intimem-se as partes da presente decisão, com prazo de 5 (cinco) dias (art. 889 do CPC), após o qual se iniciem os atos sequenciais de expropriação, procedendo a exequente à inclusão do bem na plataforma COMPREI.

(c) Intime(m)-se o credor hipotecário, o cônjuge e o coproprietário, se houver.

(d) O preço mínimo para alienação do bem será o estipulado também pela PFN na plataforma Comprei, o qual poderá variar a depender da existência ou não de cônjuge ou coproprietário.

(e) Os bens ficarão disponíveis na plataforma por no mínimo 30 (trinta) dias, ou até que seja efetivada a venda instantânea pelo valor da avaliação (Portaria PGFN/ME 3.050/2022), e por no máximo 360 (trezentos e sessenta) dias.

(f) O resultado do procedimento de alienação será informado pela parte exequente no prazo de 30 (trinta) dias seguintes à exclusão do bem da plataforma, diretamente nos autos deste processo.

Cumpra-se.

Ouricuri, data da assinatura eletrônica.



Processo: 0802451-62.1998.4.05.8308

Assinado eletronicamente por:

**HENRIQUE JORGE DANTAS DA CRUZ - Magistrado**

Data e hora da assinatura: 14/02/2025 12:12:56

Identificador: 4058309.33860427

Para conferência da autenticidade do documento: <https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>



25021412125690100000033967455